

## **O GOVERNO DA JUSTIÇA: INSTITUIÇÕES, DISCURSOS, PODERES, PRÁTICAS E MAGISTRADOS (SÉCULOS XVII-XIX)**

Isabelle de Matos Pereira de Mello (UFRJ)  
[isabelemello@gmail.com](mailto:isabelemello@gmail.com)

Marcello José Gomes Loureiro (UFF)  
[marcelloloureiro@yahoo.com.br](mailto:marcelloloureiro@yahoo.com.br)

Esse Simpósio foi criado no V Encontro Internacional de História Colonial, realizado em Maceió/AL no ano de 2014. Seu objetivo é reunir estudantes e professores de diferentes instituições que estejam desenvolvendo suas pesquisas sobre as múltiplas facetas do governo da justiça, sua gramática discursiva, suas práticas e instituições. Nas últimas décadas, após a retomada dos estudos relativos à administração das monarquias de Antigo Regime, há um renovado interesse sobre as instâncias de distribuição da justiça, como os conselhos, os juizados, as ouvidorias, os tribunais, etc. Os novos trabalhos apontam para a importância dessas instituições e de seus oficiais, conselheiros, magistrados e secretários para a administração não só da justiça, mas do próprio império ultramarino português. Assim, o simpósio temático pretende reunir trabalhos de pesquisa que nos permitam refletir sobre a construção, a implementação e as práticas do sistema judicial nos territórios ultramarinos, mas também sobre a administração e aplicação da justiça promovida a partir do reino, seja pela jurisdição régia e de seus tribunais palacianos (Conselho Ultramarino, Conselho de Estado, Desembargo do Paço, Casa da Suplicação, etc), seja pela verificação da forma como o processo de extensão da vigência do direito régio português se adapta ou conflita com os poderes locais da América portuguesa. Para além, também pode contemplar estudos que se ocupam das concepções e da gramática em torno da justiça, sua circulação, e o manejo das categorias jurídico-políticas adstritas a essas ideias. Por fim, o simpósio ambiciona ainda alargar o seu âmbito de análise a outras questões da administração da justiça e da estrutura burocrática que a serve, nomeadamente a construção de redes (sociais, pessoais, burocráticas, de comunicação) locais, regionais ou mesmo imperiais, e questionar o papel desempenhado por este corpo de magistrados, algumas vezes como agentes do reino, outras como aliados do poder local, muitas vezes como uma entidade dotada de alargada autonomia. O Simpósio pretende receber trabalhos cujo recorte temporal se enquadre entre os séculos XVII e XIX (até 1850).